



PROVISÃO E CAPTAÇÃO COMO INDICADORES FINANCEIROS EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO

PROVISION AND FUNDRAISING AS FINANCIAL INDICATORS IN CREDIT COOPERATIVES

LA PROVISIÓN Y LA CAPTACIÓN DE FONDOS COMO INDICADORES FINANCIEROS EN LAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO



<https://doi.org/10.56238/levv17n58-045>

Data de submissão: 17/02/2026

Data de publicação: 17/03/2026

Fernanda Fabil Domingues

Graduação em Administração

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

E-mail: ra117367@uem.br

Lúcio Paulo Alves Pires

Doutor em Administração

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

E-mail: lpapires@pireseducacao.com

RESUMO

Este artigo propõe e demonstra a aplicação de dois novos indicadores financeiros especificamente desenvolvidos para o contexto das Instituições Financeiras Cooperativas: o Indicador de Captação e o Indicador de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). A pesquisa adotou abordagem quantitativa e descritiva, com base na análise dos balanços patrimoniais e das Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSPs) de quatro agências cooperativas de crédito localizadas em Piracicaba-SP, no período de 2020 a 2023. Os indicadores foram desenvolvidos para suprir lacunas na literatura e na prática gerencial, oferecendo instrumentos analíticos mais adequados à realidade operacional das cooperativas. Os resultados evidenciam que os indicadores propostos permitem uma avaliação precisa dos custos de captação e dos riscos associados à inadimplência, contribuindo para o fortalecimento da gestão financeira e da sustentabilidade das IFCs. O estudo representa um avanço teórico e prático na administração financeira cooperativa, oferecendo subsídios para decisões estratégicas mais assertivas no setor.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito. Indicadores Financeiros. Provisão. Captação de Recursos. Sustentabilidade Financeira.

ABSTRACT

This article proposes and demonstrates the application of two new financial indicators specifically developed for the context of Cooperative Financial Institutions: the Fundraising Indicator and the Provision for Doubtful Accounts (PCLD) Indicator. The research adopted a quantitative and descriptive approach, based on the analysis of the balance sheets and Surplus or Loss Statements (DSPs) of four cooperative credit agencies located in Piracicaba-SP, from 2020 to 2023. The indicators were developed to fill gaps in the literature and in management practice, offering analytical tools more

suited to the operational reality of cooperatives. The results show that the proposed indicators allow for a precise assessment of funding costs and the risks associated with default, contributing to the strengthening of financial management and the sustainability of CFIs. The study represents a theoretical and practical advance in cooperative financial management, offering support for more assertive strategic decisions in the sector.

Keywords: Credit Cooperatives. Financial Indicators. Provision. Fundraising. Financial Sustainability.

RESUMEN

Este artículo propone y demuestra la aplicación de dos nuevos indicadores financieros desarrollados específicamente para el contexto de las Instituciones Financieras Cooperativas: el Indicador de Captación de Fondos y el Indicador de Provisión para Cuentas Incobrables (PCLD). La investigación adoptó un enfoque cuantitativo y descriptivo, basado en el análisis de los balances y estados de superávit o pérdida (EPP) de cuatro agencias de crédito cooperativas ubicadas en Piracicaba-SP, entre 2020 y 2023. Los indicadores se desarrollaron para subsanar deficiencias en la literatura y en la práctica de gestión, ofreciendo herramientas analíticas más adecuadas a la realidad operativa de las cooperativas. Los resultados muestran que los indicadores propuestos permiten una evaluación precisa de los costos de financiamiento y los riesgos asociados al incumplimiento, contribuyendo al fortalecimiento de la gestión financiera y la sostenibilidad de las IFC. El estudio representa un avance teórico y práctico en la gestión financiera cooperativa, ofreciendo apoyo para decisiones estratégicas más firmes en el sector.

Palabras clave: Cooperativas de Crédito. Indicadores Financieros. Provisión. Captación de Fondos. Sostenibilidad Financiera.

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um movimento social surgido na Europa no século XIX, caracterizado pela busca de soluções colaborativas para desafios econômicos e sociais. Baseia-se em princípios fundamentais como adesão voluntária, gestão democrática, autonomia e independência, educação cooperativa, intercooperação e interesse genuíno pelo desenvolvimento das comunidades locais. Valores essenciais como igualdade, solidariedade e ética permeiam todo o movimento cooperativista, diferenciando-o significativamente das estruturas empresariais convencionais (NAMORADO, 2013). No Brasil, o cooperativismo é regulamentado pela Lei nº 5.764/1971, que estabelece as cooperativas como entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, destinadas exclusivamente à prestação de serviços aos seus associados (BRASIL, 1971).

As cooperativas, além de desempenharem um importante papel econômico e social, integram-se ao Sistema Financeiro Nacional por meio das Instituições Financeiras Cooperativas (IFCs). Essas entidades, embora ofereçam produtos e serviços financeiros similares aos bancos tradicionais, distinguem-se por serem administradas democraticamente pelos próprios associados, que têm voz ativa nas decisões estratégicas, inclusive na definição das taxas e na distribuição das sobras financeiras geradas pelas operações (SCHIMMELFENIG, 2010; CARVALHO et al., 2015). De acordo com Bialoskorski Neto (2020), as IFCs têm se consolidado como instrumentos eficazes para o desenvolvimento econômico regional, destacando-se pela capacidade de inclusão financeira e pelo fortalecimento das economias locais.

Dentro desse contexto, a eficiência operacional e financeira das IFCs depende diretamente da aplicação de ferramentas financeiras específicas que considerem suas particularidades operacionais e associativas. Tradicionalmente, a avaliação financeira das IFCs baseia-se na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP) e no Balanço Patrimonial. A DSP, adaptada especificamente ao ambiente cooperativista, registra a distribuição das sobras ou perdas entre os associados, refletindo as atividades econômicas cooperativas ao longo de determinado período (GONÇALVES, 2003; MARTINS et al., 2014). Já o Balanço Patrimonial fornece uma visão clara da situação econômica e financeira da instituição, revelando o desempenho patrimonial ao final de cada exercício social (BRIGHAM; HOUSTON, 2019).

Entretanto, a literatura acadêmica ainda apresenta lacunas importantes quanto a indicadores financeiros específicos que possam demonstrar de forma direta e clara os impactos operacionais das atividades essenciais das IFCs, como a captação de recursos e a gestão das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Estudos recentes como os de Costa e Silva (2018) e Campos (2016) ressaltam que, apesar da relevância econômica crescente das cooperativas de crédito no cenário financeiro brasileiro, existe uma evidente escassez de ferramentas analíticas desenvolvidas especificamente para essas entidades, o que reforça a relevância do presente estudo.

Diante disso, o objetivo deste artigo é **propor e demonstrar a aplicação de dois novos indicadores financeiros especificamente desenvolvidos para o contexto das Instituições Financeiras Cooperativas: o Indicador de Captação e o Indicador de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)**. Esses indicadores inovadores buscam oferecer uma avaliação clara e objetiva sobre como as despesas com captação de recursos e provisões para inadimplência impactam diretamente as sobras e perdas das IFCs, contribuindo efetivamente para decisões financeiras estratégicas e para a sustentabilidade econômica dessas organizações.

A pesquisa empírica concentra-se no município de Piracicaba-SP, reconhecido polo econômico e educacional no estado de São Paulo, com população estimada de aproximadamente 438 mil habitantes (IBGE, 2024). A diversidade econômica local, caracterizada pela presença significativa dos setores agrícola, industrial e de serviços, oferece um cenário ideal para a aplicação e validação desses novos indicadores financeiros. Assim, este estudo contribui não apenas com uma inovação metodológica relevante para a literatura especializada, mas também com uma ferramenta prática para gestores de cooperativas financeiras, fortalecendo as decisões estratégicas no contexto cooperativista brasileiro.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta teorias e estudos que fundamentam esta pesquisa, destacando o cooperativismo financeiro no Brasil, as características das Instituições Financeiras Cooperativas (IFCs), as principais ferramentas financeiras aplicadas nesse contexto, e a necessidade de indicadores específicos para essas instituições.

2.1 COOPERATIVISMO FINANCEIRO E IFCS NO BRASIL

O cooperativismo surgiu como uma alternativa ao modelo tradicional capitalista, oferecendo uma estrutura organizacional mais democrática e equitativa. Seu objetivo é corrigir desigualdades sociais e econômicas, promovendo o desenvolvimento econômico em conjunto com o desenvolvimento social por meio da cooperação entre seus membros (Nascimento, 2000; Namorado, 2018).

No Brasil, o cooperativismo teve diversas manifestações pré-cooperativistas antes de sua formalização legal. Exemplos dessas experiências incluem movimentos messiânicos sebastianistas portugueses (1530-1540), a República de Palmares (1600-1695), a Colônia Tereza Cristina (1847) e Canudos (1874-1876) (Marra, 2009; OCB, 2017). Contudo, o cooperativismo formal brasileiro iniciou-se efetivamente em 1889, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários de Ouro Preto, seguida por cooperativas de consumo surgidas em outros locais (OCB, 2017). A abolição da escravidão em 1888 e a legislação republicana de 1891, garantindo a liberdade

associativa, foram fundamentais para a institucionalização das primeiras cooperativas brasileiras (Pinho, 2004).

Durante o início do século XX, imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos, contribuíram significativamente para disseminar o cooperativismo no Brasil. Em 1902, foi fundada a primeira cooperativa de crédito em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, liderada pelo padre jesuíta Theodor Amstad (Marra, 2009; OCB, 2017). A promulgação do Decreto nº 22.239/1932, primeira Lei Orgânica do Cooperativismo Brasileiro, consolidou juridicamente o movimento no país (Brasil, 2006; Reisdorfer, 2014).

Entre 1930 e 1945, durante o governo de Getúlio Vargas, o cooperativismo recebeu forte incentivo estatal, especialmente em setores agrícolas como soja e trigo. Em 1971, foi promulgada a Lei nº 5.764, conhecida como a Lei Geral das Cooperativas, que estabeleceu a Política Nacional de Cooperativismo e o regime jurídico das cooperativas vigente até hoje (Brasil, 1971; Marra, 2009). Esse período também trouxe conflitos, dada a influência direta do Estado sobre as cooperativas, o que muitas vezes limitava sua autonomia e independência.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco decisivo, assegurando ampla autonomia às cooperativas e vedando a interferência estatal em suas operações, conforme artigo 5º, inciso XVIII (Brasil, 1988; OCB, 2017). Isso possibilitou uma expansão significativa do cooperativismo financeiro, permitindo maior liberdade na criação e gestão das cooperativas.

A Lei nº 5.764/1971 e regulamentações posteriores, como a Resolução nº 4.434 do Banco Central do Brasil, estabeleceram claramente o papel das cooperativas de crédito no sistema financeiro nacional, permitindo-lhes oferecer serviços financeiros semelhantes aos dos bancos tradicionais, porém com características distintivas na gestão democrática e participativa (Brasil, 1971; Banco Central do Brasil, 2015). Diferentemente de bancos convencionais, as IFCs são controladas diretamente por seus associados, que participam ativamente das decisões operacionais e estratégicas, beneficiando-se de crédito com menos burocracia e taxas mais atrativas (Schimmelfennig, 2010).

No contexto atual, destacam-se grandes redes de IFCs, como Sicoob e Sicredi, que oferecem produtos diversificados, incluindo cartões de crédito, linhas de financiamento, investimentos, seguros, consórcios, previdência privada, serviços de câmbio e outros, competindo diretamente com bancos comerciais e promovendo desenvolvimento econômico local (Sicoob, 2024; Sicredi, 2024).

Essas instituições são caracterizadas por valores essenciais como igualdade, solidariedade, democracia e responsabilidade social, promovendo ativamente o desenvolvimento local e social. Além disso, a participação direta dos cooperados na gestão permite oferecer produtos e serviços personalizados, alinhados às necessidades reais dos associados, fortalecendo o espírito cooperativo (Franke apud Schardong, 2003; Pagnussatt, 2004; Schimmelfennig, 2010).

Outro aspecto relevante é que os atos cooperativos, que regulam as relações internas entre os

cooperados, não estão sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, já que decorrem diretamente da relação entre proprietário e usuário do serviço. Assim, prevalecem as normas internas definidas pelos próprios cooperados através do estatuto social (Schimmelfennig, 2010).

Por fim, a transparência financeira é fundamental nas IFCs, garantida por meio de demonstrações financeiras específicas. Nas cooperativas financeiras, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), comum em empresas convencionais, é substituída pela Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP). Essa demonstração reflete diretamente o caráter cooperativo da entidade, evidenciando como as sobras financeiras são distribuídas ou como as perdas são rateadas entre os associados, reforçando a confiança e participação dos cooperados na gestão financeira (Brasil, 1971; Marion, 2009; Assaf Neto, 2012).

2.2 INDICADORES FINANCEIROS E FERRAMENTAS CONTÁBEIS APLICADAS ÀS IFCS

A gestão financeira eficiente nas Instituições Financeiras Cooperativas (IFCs) requer o uso adequado de ferramentas contábeis e indicadores financeiros específicos, capazes de retratar a realidade operacional dessas entidades. Entre as ferramentas contábeis essenciais estão o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP).

O Balanço Patrimonial oferece uma visão abrangente da posição financeira e patrimonial das IFCs em um determinado momento, permitindo a análise de liquidez, endividamento e rentabilidade (Matarazzo, 2008; Martins et al., 2014). Esta demonstração detalha ativos, passivos e patrimônio líquido, fornecendo dados fundamentais para análises estratégicas e operacionais.

Por outro lado, a DSP, específica para cooperativas, substitui a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) tradicional. A DSP evidencia os resultados obtidos pelas atividades cooperativas, detalhando claramente as sobras (resultados positivos) e as perdas (resultados negativos) geradas no período, e como são distribuídas ou rateadas entre os cooperados (Gonçalves, 2003; Brasil, 1971). Conforme previsto no artigo 28 da Lei nº 5.764/71, as cooperativas são obrigadas a constituir fundos específicos com as sobras líquidas apuradas:

“I – Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento da sociedade, constituído com no mínimo 10% das sobras líquidas do exercício; II – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social destinado à prestação de serviços aos associados, familiares e, conforme estatuto, aos empregados, com pelo menos 5% das sobras líquidas apuradas no exercício.” (Brasil, 1971).

No caso de perdas, estas são inicialmente cobertas pelos fundos de reservas disponíveis. Se os fundos forem insuficientes, ocorre o rateio das perdas entre os cooperados, garantindo a equidade e a sustentabilidade financeira da instituição (Brasil, 2013).

Autores como Costa e Silva (2018) destacam que as IFCs enfrentam desafios particulares, especialmente pela ausência de indicadores financeiros específicos que reflitam adequadamente suas

peculiaridades operacionais e sociais. Campos (2016) complementa essa perspectiva, ressaltando a necessidade de ferramentas analíticas capazes de capturar essas especificidades institucionais de forma precisa.

Segundo Assaf Neto (2021), indicadores financeiros gerais são fundamentais para analisar a saúde financeira de uma instituição, permitindo uma visão abrangente sobre diferentes dimensões, tais como liquidez, rentabilidade e endividamento. Contudo, no contexto cooperativista, é crucial considerar não apenas aspectos financeiros tradicionais, mas também elementos sociais e comunitários, centrais à missão dessas entidades (Costa; Silva, 2018; Bialoskorski Neto, 2012).

Portanto, a aplicação criteriosa desses indicadores financeiros permite às IFCs avaliar adequadamente sua performance financeira e fortalecer a capacidade de gerar valor econômico e social para seus associados e para a comunidade onde atuam. Contudo, apesar das ferramentas mencionadas serem amplamente reconhecidas e utilizadas nas IFCs, a literatura acadêmica ainda evidencia uma lacuna significativa quanto a indicadores específicos adaptados ao contexto operacional e financeiro particular das cooperativas financeiras.

2.3 LACUNAS DA LITERATURA SOBRE INDICADORES ESPECÍFICOS

Apesar do uso difundido de indicadores financeiros gerais nas Instituições Financeiras Cooperativas (IFCs), identifica-se uma lacuna significativa na literatura acadêmica quanto ao desenvolvimento de indicadores específicos relacionados diretamente à captação de recursos e à provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

O sistema PEARLS, desenvolvido pelo World Council of Credit Unions (WOCCU, 2019), é uma referência amplamente reconhecida para avaliação financeira das cooperativas de crédito, contemplando 45 indicadores distribuídos em categorias fundamentais como proteção financeira, estrutura financeira efetiva, qualidade dos ativos, retorno e custos, liquidez e crescimento. Entretanto, esse sistema não disponibiliza indicadores específicos que mensurem diretamente a eficiência da captação de recursos ou a adequação das provisões para créditos duvidosos.

No contexto brasileiro, alguns estudos têm aplicado o sistema PEARLS na análise de desempenho das IFCs, porém sem focar especificamente nas áreas de captação e provisões. Maciel e Neves (2022), por exemplo, utilizaram o PEARLS para avaliar cooperativas de crédito nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, criando índices-padrão gerais para análise comparativa de desempenho, sem detalhar aspectos específicos sobre captação e provisão.

Outro estudo relevante é o de Stüpp e Flach (2023), que investigaram os determinantes do desempenho financeiro das cooperativas de crédito brasileiras por meio de regressão linear múltipla. Os autores identificaram fatores como eficiência operacional e volume de operações de crédito como

determinantes da rentabilidade, porém não desenvolveram indicadores analíticos específicos para avaliar diretamente a eficiência nas áreas de captação e provisão financeira.

Como Fuji e Carvalho (2005) analisaram o uso da PCLD como mecanismo para suavização de resultados em cooperativas de crédito, mas não propuseram indicadores específicos para mensurar diretamente a eficiência ou adequação dessas provisões. Esses estudos, embora relevantes, evidenciam uma importante lacuna metodológica e conceitual na literatura existente.

Neste sentido, torna-se necessário desenvolver e validar indicadores financeiros específicos que permitam uma avaliação direta e eficaz da eficiência operacional das IFCs em relação à captação de recursos e às provisões financeiras, contribuindo significativamente para uma gestão financeira mais robusta e sustentável dessas instituições.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem quantitativa e descritiva, com o objetivo de propor e validar novos indicadores financeiros específicos para Instituições Financeiras Cooperativas (IFCs), especialmente voltados à avaliação da eficiência na captação de recursos e na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

Para a realização deste estudo, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica aprofundada, identificando uma lacuna teórico-metodológica na literatura especializada sobre indicadores específicos aplicados às IFCs (CAMPOS, 2016; COSTA; SILVA, 2018; FUJI; CARVALHO, 2005; MACIEL; NEVES, 2022; STÜPP; FLACH, 2023; WOCCU, 2019). A ausência desses indicadores específicos fundamentou a relevância desta proposta.

A pesquisa quantitativa caracteriza-se pela coleta e análise estatística de dados financeiros, seguindo as recomendações metodológicas de Mattar (2011). Neste estudo, a análise quantitativa permitiu a construção e validação empírica dos novos indicadores propostos, utilizando dados financeiros obtidos diretamente das Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP) e dos Balanços Patrimoniais disponibilizados pelas agências cooperativas estudadas.

A abordagem descritiva, conforme Barros e Lehfeld (2007), teve o objetivo de descrever detalhadamente as características financeiras e contábeis específicas das cooperativas estudadas, facilitando a compreensão das particularidades operacionais relacionadas aos indicadores propostos.

As IFCs selecionadas para a pesquisa estão situadas no município de Piracicaba-SP, escolhidas pela relevância econômica da região e pela acessibilidade a dados financeiros completos e confiáveis. Foram analisadas quatro agências cooperativas denominadas Agências A, B, C e D. O período analisado compreendeu os exercícios financeiros de 2020 a 2023, permitindo identificar variações significativas, incluindo o impacto econômico-financeiro decorrente da pandemia de COVID-19.

A construção dos novos indicadores foi realizada seguindo etapas metodológicas claramente definidas: (a) Identificação das variáveis financeiras relevantes para captação e provisão; (b) Desenvolvimento conceitual dos indicadores propostos com base em lacunas da literatura; (c) Aplicação empírica dos indicadores, utilizando dados financeiros reais das IFCs; (d) Validação estatística dos indicadores por meio da análise quantitativa dos resultados financeiros obtidos. Os indicadores financeiros específicos propostos nesta pesquisa foram:

Indicador de Captação: calculado pela relação entre as despesas operacionais associadas à captação de recursos e as receitas diretamente ligadas às operações de crédito, seguindo os critérios de Assaf Neto (2021);

Indicador de Provisão (PCLD): obtido através da relação entre as despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e as receitas relacionadas exclusivamente às operações de crédito, de acordo com as práticas contábeis estabelecidas por Martins et al. (2014).

Esta metodologia possibilitou uma validação rigorosa dos novos indicadores, contribuindo para o aprimoramento das ferramentas financeiras disponíveis às cooperativas e oferecendo suporte técnico robusto para uma gestão financeira mais precisa e sustentável das IFCs.

4 ANÁLISE: APLICAÇÃO DOS INDICADORES DE CAPTAÇÃO, PROVISÃO E ENDIVIDAMENTO EM IFCs

Para a aplicação dos novos indicadores de Captação e Provisão nas Instituições Financeiras Cooperativas (IFCs), foi necessário simplificar a estrutura original da Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP). Essa simplificação teve como objetivo central garantir clareza e objetividade na apresentação e interpretação dos resultados dos indicadores, sem comprometer a integridade das informações necessárias à análise detalhada da saúde financeira das cooperativas analisadas. Neste sentido, foi mantida a relevância dos dados contábeis para a construção dos indicadores financeiros inovadores, buscando uma compreensão clara do impacto das operações de crédito nas IFCs.

A simplificação dos relatórios contábeis da DSP foi realizada mantendo-se as informações mais relevantes, a fim de garantir a compreensão da situação financeira das IFCs. As receitas foram agrupadas em categorias amplas, enquanto as despesas operacionais foram reorganizadas, preservando-se apenas os principais elementos necessários para uma análise financeira robusta. A simplificação realizada nesta análise organizou as informações em categorias mais amplas, sem comprometer o detalhamento necessário para uma análise financeira eficaz. As principais receitas e despesas foram agrupadas e reorganizadas de forma a proporcionar uma visão clara e objetiva da performance financeira da cooperativa, assegurando, assim, a integridade dos dados e permitindo a continuidade da análise dos indicadores financeiros.

4.1 ANÁLISE DE INDICADORES DA DSP

O cálculo dos indicadores de captação e provisão foi realizado de forma a refletir de maneira mais precisa os impactos das operações de crédito e da provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) na receita da instituição financeira cooperativa. Ambos os indicadores foram ajustados para excluir as receitas que não estão diretamente relacionadas às despesas analisadas, proporcionando uma visão mais clara da eficiência e da saúde financeira da cooperativa em relação a essas operações.

O indicador de captação foi calculado dividindo-se as despesas de captação pela receita bruta, subtraindo-se a receita de produtos e serviços. Essa exclusão é necessária, pois as despesas de captação estão vinculadas exclusivamente às operações de crédito, que se referem à captação de recursos para empréstimos e financiamentos. Assim, o cálculo foca nas receitas diretamente relacionadas às operações de crédito, oferecendo uma análise mais fiel dos custos envolvidos nesse processo.

Já o indicador de provisão foi obtido dividindo-se as despesas de PCLD pela receita bruta, também subtraindo-se a receita de produtos e serviços. A exclusão dessas receitas segue a mesma lógica do indicador de captação, já que as despesas de PCLD dizem respeito apenas às operações de crédito, como a provisão para cobrir inadimplências. Com isso, o indicador mede o impacto das provisões para perdas com crédito de liquidação duvidosa em relação às receitas geradas exclusivamente por operações de crédito, permitindo uma avaliação precisa da qualidade da carteira de crédito da cooperativa.

4.1.1 Agência “A”

Nos últimos quatro anos, a análise financeira da agência “A” de uma instituição financeira cooperativa revelou importantes tendências em suas receitas e despesas, o que impactou diretamente nos indicadores propostos. Ao observar os dados entre 2020 e 2023, destacam-se pontos críticos que impactam diretamente a saúde financeira da cooperativa, sendo essenciais para a avaliação de sua sustentabilidade a curto e longo prazo.

Tabela - 01

ANO	2020	2021	2022	2023
RECEITA	R\$ 104.129,36	R\$ 158.283,70	R\$ 329.999,41	R\$ 493.938,56
PERDAS/DEPRECIACÃO	-R\$ 168,58	R\$ -	R\$ 360,40	-R\$ 216,32
RECEITA BRUTA	R\$ 103.960,78	R\$ 158.283,70	R\$ 330.359,81	R\$ 493.722,24
RECEITAS FINANCEIRAS	-R\$ 589,10	-R\$ 75.617,81	-R\$ 109.186,84	-R\$ 181.793,46
RECEITAS DE CRÉDITO	R\$ 66.091,75	R\$ 195.081,44	R\$ 379.641,83	R\$ 590.404,19
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 38.592,83	R\$ 37.785,24	R\$ 57.449,73	R\$ 83.172,44
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 33,89	R\$ 1.034,83	R\$ 2.094,68	R\$ 2.155,40
DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 3.344,89	R\$ 24.171,04	R\$ 99.165,44	R\$ 72.453,48
DESPESAS OPERACIONAIS DIRETAS	R\$ 2.056,84	R\$ 7.229,16	-R\$ 4.215,56	R\$ 6.603,38
DESPESAS OPERACIONAIS DE CAPTAÇÃO	-R\$ 5.401,74	-R\$ 31.400,20	-R\$ 94.949,88	-R\$ 79.056,86
DESPESAS DE REPASSES	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SOBRA BRUTA	R\$ 100.615,88	R\$ 134.112,66	R\$ 231.194,37	R\$ 421.268,76
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R\$ 168.464,45	-R\$ 252.214,58	-R\$ 319.125,03	-R\$ 361.249,47
DESPESAS PCLD E RECUP. PREJUÍZO	-R\$ 20.558,32	-R\$ 124.483,88	-R\$ 140.176,09	-R\$ 3.049.671,82
SOBRA ANTES DO JUROS E IR (LAJIR)	-R\$ 88.406,89	-R\$ 242.585,80	-R\$ 228.106,75	-R\$ 2.989.652,53
DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL	-R\$ 5.543,41	-R\$ 13.536,08	-R\$ 79.816,58	-R\$ 180.937,41
SOBRA ANTES DO IR	-R\$ 93.950,30	-R\$ 256.121,88	-R\$ 307.923,33	-R\$ 3.170.589,94
IR	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SOBRA LÍQUIDA	-R\$ 93.950,30	-R\$ 256.121,88	-R\$ 307.923,33	-R\$ 3.170.589,94
Indicador de Captação	8,26%	26,06%	34,79%	19,26%
Indicador de Provisão	31,45%	103,31%	51,36%	742,83%

Fonte: elaboração própria, 2024

O indicador de Captação apresentou uma variação importante, passando de 8,26% em 2020 para 19,26% em 2023, o que reflete o esforço da cooperativa em captar recursos para sustentar suas operações de crédito. Apesar da redução das despesas operacionais em 2023, as despesas de captação continuaram elevadas, pressionando os resultados financeiros da cooperativa. Além disso, as despesas de PCLD aumentaram drasticamente, de R\$140.176,09 em 2022 para R\$3.049.671,82 em 2023, o que fez com que o indicador de provisão alcançasse 742,83% em 2023. Esse aumento foi impulsionado pelo crescimento da inadimplência nas operações de crédito, afetando de maneira significativa a sobra líquida, que fechou 2023 com R\$3.170.589,94 negativo.

4.1.2 Agência “B”

A análise dos dados fornecidos para os anos de 2020 a 2023 da agência “B”, revela que alguns fatores causam impactos diretos e significativos no desempenho desses indicadores.

Tabela 02

ANO	2020	2021	2022	2023
RECEITA	R\$ 470.884,26	R\$ 1.041.938,16	R\$ 1.078.792,48	R\$ 1.026.660,53
PERDAS/DEPRECIAÇÃO	-R\$ 369,95	-R\$ 13,95	R\$ 2.713,08	R\$ 4.347,00
RECEITA BRUTA	R\$ 470.514,31	R\$ 1.041.924,21	R\$ 1.081.505,56	R\$ 1.031.007,53
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 63.683,63	R\$ 508.604,96	R\$ 588.779,16	R\$ 366.252,12
RECEITAS DE CRÉDITO	R\$ 301.572,11	R\$ 427.488,29	R\$ 412.594,00	R\$ 523.031,62
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 105.029,84	R\$ 96.693,20	R\$ 66.610,11	R\$ 113.132,57
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 598,69	R\$ 9.151,71	R\$ 10.809,21	R\$ 24.244,23
DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 107.181,27	R\$ 739.875,41	R\$ 811.423,46	R\$ 446.561,42
DESPESAS OPERACIONAIS DIRETAS	R\$ 2.410,64	-R\$ 1.612,12	-R\$ 10.845,87	R\$ 4.834,32
DESPESAS OPERACIONAIS DE CAPTAÇÃO	-R\$ 109.591,91	-R\$ 738.263,29	-R\$ 800.577,58	-R\$ 451.395,74
DESPESAS DE REPASSES	R\$ 28.370,09	R\$ 120.388,10	R\$ 29.850,72	R\$ 14.835,27
SOBRA BRUTA	R\$ 363.333,04	R\$ 302.048,80	R\$ 270.082,11	R\$ 584.446,11
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R\$ 224.824,97	-R\$ 363.248,21	-R\$ 402.170,96	-R\$ 401.706,73
DESPESAS PCLD E RECUP. PREJUÍZO	R\$ 98.564,48	-R\$ 169.808,57	-R\$ 157.038,74	-R\$ 826.393,14
SOBRA ANTES DO JUROS E IR (LAJIR)	R\$ 237.072,55	-R\$ 231.007,98	-R\$ 289.127,59	-R\$ 643.653,76
DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL	-R\$ 46.830,02	-R\$ 64.606,69	-R\$ 271.474,66	-R\$ 416.240,83
SOBRA ANTES DO IR	R\$ 190.242,53	-R\$ 295.614,67	-R\$ 560.602,25	-R\$ 1.059.894,59
IR	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SOBRA LÍQUIDA	R\$ 190.242,53	-R\$ 295.614,67	-R\$ 560.602,25	-R\$ 1.059.894,59
Indicador de Captação	29,99%	78,10%	78,88%	49,18%
Indicador de Provisão	-26,97%	17,96%	15,47%	90,03%

Fonte: elaboração própria, 2024

O indicador de captação no ano de 2020 apresentou um valor negativo, devido a uma entrada de provisões de crédito, posteriormente decorre uma tendência negativa ao longo do período, com os maiores impactos observados no início de 2021, e na mudança entre 2022 para 2023. O que chama a atenção é o comportamento das despesas operacionais de captação, que mostram valores altamente negativos nesses anos. Isso sugere que, durante esse período, a IFC conseguiu captar recursos de forma ineficiente ou com maior custo. No entanto, o aumento brusco no indicador de captação (atingindo 78,88% em 2022) pode ser atribuído à oscilação nas receitas de crédito. A recuperação do indicador em 2023 (49,18%) está associada a um aumento das receitas de crédito e à estabilização das despesas operacionais de captação. Já o indicador de provisão é impactado diretamente pelo comportamento das despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) e pela capacidade da IFC de recuperar créditos. Em 2020, o indicador foi negativo (-26,97%), sugerindo uma boa recuperação de créditos no período. No entanto, a partir de 2021, o indicador se torna positivo, com aumento mais acentuado em 2023 (90,03%).

Esse crescimento no indicador está diretamente relacionado ao aumento expressivo das despesas com PCLD nos anos de 2022 e, principalmente, em 2023. Em 2023, essas despesas

aumentaram drasticamente para R\$826.393,14, representando um dos maiores impactos negativos no desempenho financeiro da IFC. Este aumento indica um crescimento nas perdas com inadimplência, o que comprometeu os resultados operacionais, pressionando o indicador de PCLD para valores críticos.

4.1.3 Agência “C”

O indicador de captação da agência “C” apresentou um desempenho decrescente até 2022, com uma queda significativa em 2023.

Esse aumento constante entre 2020 e 2022 reflete a incapacidade da IFC de melhorar a captação de recursos, que pode estar atrelada à má gestão do crescimento das receitas de crédito ao longo dos anos. As receitas de crédito aumentaram consideravelmente entre 2020 e 2023, passando de R\$168.218,78 para R\$680.233,61, o que teve impacto direto nas despesas de captação, que passaram de -R\$24.762,19 em 2020 para -R\$345.655,96 em 2022 o que foi um dos fatores centrais para o aumento do indicador até 2022.

No entanto, a queda abrupta no indicador em 2023 (-42,85%) se deu, principalmente, por uma queda nas despesas operacionais de captação, que passaram de valores negativos nos anos anteriores para R\$403.376,36 em 2023. Essa redução nas despesas de captação, juntamente com o crescimento das receitas, impactou positivamente o indicador. Assim, a redução das despesas de captação em 2023 foi o principal fator de impacto positivo no desempenho do indicador nos últimos anos.

O indicador de PCLD desta agência apresentou flutuações consideráveis ao longo do período analisado. Em 2020, o indicador foi ligeiramente negativo (-3,18%), o que indica que as despesas com PCLD superaram a recuperação de prejuízos. Já em 2021, o indicador saltou para 53,37%, refletindo um aumento expressivo nas despesas com PCLD naquele ano, que alcançaram R\$146.009,82. Esse comportamento pode ser explicado por um crescimento nas provisões para perdas com inadimplência, que afetaram o resultado do período. Contudo, em 2022, o indicador apresentou uma melhora significativa, tornando-se quase neutro (-0,98%), o que sugere um equilíbrio entre as provisões e a recuperação de créditos naquele ano.

Em 2023, o indicador de PCLD voltou a ser positivo (1,85%), indicando uma leve recuperação, ainda que as despesas com PCLD tenham sido negativas em R\$17.402,24. Esse aumento nas perdas provisionadas, embora controlado, ainda impacta o desempenho financeiro da IFC, mas de forma menos severa que nos anos anteriores.

Tabela 03

ANO	2020	2021	2022	2023
RECEITA	R\$ 248.276,91	R\$ 359.112,07	R\$ 835.333,73	R\$ 1.116.068,25
PERDAS/DEPRECIAÇÃO	R\$ 1.246,37	-R\$ 17,60	R\$ 2.162,81	-R\$ 1.844,44
RECEITA BRUTA	R\$ 249.523,28	R\$ 359.094,47	R\$ 837.496,54	R\$ 1.114.223,81
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 10.770,68	R\$ 5.294,78	R\$ 182.679,23	R\$ 256.518,80
RECEITAS DE CRÉDITO	R\$ 168.218,78	R\$ 267.260,90	R\$ 526.764,99	R\$ 680.233,61
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 69.041,50	R\$ 85.490,63	R\$ 123.244,83	R\$ 172.781,65
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 245,96	R\$ 1.065,75	R\$ 2.644,69	R\$ 6.534,20
DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 62.756,52	R\$ 79.274,51	R\$ 353.717,11	R\$ 440.191,75
DESPESAS OPERACIONAIS DIRETAS	-R\$ 37.994,33	R\$ 5.625,51	-R\$ 8.061,15	-R\$ 36.815,39
DESPESAS OPERACIONAIS DE CAPTAÇÃO	-R\$ 24.762,19	-R\$ 84.900,02	-R\$ 345.655,96	R\$ 403.376,36
DESPESAS DE REPASSES	R\$ 13.768,03	R\$ 15.032,69	R\$ 511.396,00	R\$ 45.172,39
SOBRA BRUTA	R\$ 186.766,76	R\$ 279.819,96	R\$ 483.779,43	R\$ 674.032,06
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R\$ 10.857,11	-R\$ 263.936,39	-R\$ 416.915,52	-R\$ 416.875,42
DESPESAS PCLD E RECUP. PREJUÍZO	R\$ 5.744,97	-R\$ 146.009,82	R\$ 6.984,94	-R\$ 17.402,24
SOBRA ANTES DO JUROS E IR (LAJIR)	R\$ 181.654,62	-R\$ 130.126,25	R\$ 59.878,97	R\$ 239.754,40
DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL	-R\$ 13.010,52	-R\$ 30.441,55	-R\$ 181.853,46	-R\$ 309.353,67
SOBRA ANTES DO IR	R\$ 168.644,10	-R\$ 160.567,80	-R\$ 121.974,49	-R\$ 69.599,27
IR	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SOBRA LÍQUIDA	R\$ 168.645,10	-R\$ 160.566,80	-R\$ 121.974,49	-R\$ 69.599,27
Indicador de Captação	13,72%	31,03%	48,39%	-42,85%
Indicador de Provisão	-3,18%	53,37%	-0,98%	1,85%

Fonte: elaboração própria, 2024

4.1.4 Agência “D”

O Indicador de Captação da agência “D”, que reflete a eficiência da instituição em captar recursos em relação às despesas operacionais associadas, apresentou um comportamento de crescimento expressivo nos três primeiros anos, seguido de uma leve queda em 2023. Em 2020, o índice foi de 15,77%, o que reflete uma baixa eficiência na captação de recursos. Em 2021, o indicador aumentou para 44,42%, um crescimento substancial impulsionado pelo aumento das despesas de captação, que passaram de R\$87.617,82 em 2020 para R\$171.114,50 em 2021. No ano de 2022, o indicador continuou a subir, atingindo 60,74%, no entanto, em 2023, o índice caiu para 48,99%, isto devido ao aumento substancial das receitas, que alcançaram R\$457.787,38 neste ano.

Por outro lado, o Indicador de provisão apresentou um comportamento distinto, registrando crescimento expressivo ao longo dos quatro anos analisados. Em 2020, o indicador foi de 26,67%, refletindo o montante destinado à provisão em comparação com as receitas totais. Em 2021, esse índice mais que dobrou, alcançando 67,33%, refletindo um aumento significativo nas despesas de PCLD, que passaram de R\$21.872,59 em 2020 para R\$132.806,64 em 2021. Em 2022, o indicador caiu levemente para 45,89%, embora as despesas de PCLD tenham permanecido elevadas, atingindo R\$129.284,88.

No ano de 2023, o indicador disparou novamente, atingindo 94,52%, resultado de um aumento significativo nas despesas de PCLD, que totalizaram R\$372.447,84. Esse crescimento acentuado está relacionado a um aumento no risco de inadimplência dos créditos concedidos, exigindo uma maior provisão para cobertura de potenciais perdas.

Tabela 04

ANO	2020	2021	2022	2023
RECEITA	R\$ 123.383,43	R\$ 251.333,67	R\$ 334.626,37	R\$ 457.787,38
PERDAS/DEPRECIACÃO	-R\$ 381,54	R\$ 197,70	R\$ 481,97	R\$ 184,58
RECEITA BRUTA	R\$ 123.001,89	R\$ 251.531,37	R\$ 335.108,34	R\$ 457.971,96
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 1.977,81	R\$ 8.981,27	R\$ 61.059,95	R\$ 102.141,05
RECEITAS DE CRÉDITO	R\$ 80.347,42	R\$ 187.039,57	R\$ 217.636,94	R\$ 289.126,69
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 40.974,95	R\$ 54.286,60	R\$ 53.402,61	R\$ 63.944,87
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 83,25	R\$ 1.026,23	R\$ 2.526,87	R\$ 2.574,77
DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 7.715,73	R\$ 84.008,51	R\$ 176.114,50	R\$ 195.029,34
DESPESAS OPERACIONAIS DIRETAS	R\$ 5.219,56	R\$ 3.609,31	-R\$ 5.107,49	-R\$ 2.320,83
DESPESAS OPERACIONAIS DE CAPTAÇÃO	-R\$ 12.935,28	-R\$ 87.617,82	-R\$ 171.114,50	-R\$ 193.029,34
DESPESAS DE REPASSES	R\$ 1.648,28	R\$ 4.183,45	R\$ 408,15	R\$ 45,22
SOBRA BRUTA	R\$ 115.286,17	R\$ 167.522,86	R\$ 158.993,85	R\$ 262.621,79
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R\$ 167.538,74	-R\$ 190.791,13	-R\$ 242.544,75	-R\$ 294.786,03
DESPESAS PCLD E RECUP. PREJUÍZO	-R\$ 21.872,59	-R\$ 132.806,64	-R\$ 129.284,88	-R\$ 372.447,84
SOBRA ANTES DO JUROS E IR (LAJIR)	-R\$ 74.125,16	-R\$ 156.074,91	-R\$ 212.835,78	-R\$ 404.612,08
DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL	-R\$ 7.401,16	-R\$ 15.976,80	-R\$ 89.526,30	-R\$ 174.148,34
SOBRA ANTES DO IR	-R\$ 81.526,32	-R\$ 172.051,71	-R\$ 302.362,08	-R\$ 578.760,42
IR	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SOBRA LÍQUIDA	-R\$ 81.523,32	-R\$ 172.049,71	-R\$ 302.361,08	-R\$ 578.760,42
Indicador de Captação	15,77%	44,42%	60,74%	48,99%
Indicador de Provisão	26,67%	67,33%	45,89%	94,52%

Fonte: elaboração própria, 2024

4.2 ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL E O INDICADOR DE ENDIVIDAMENTO NO IMPACTO FINANCEIRO

Nesta seção, será apresentada a análise comparativa entre os balanços patrimoniais e dos indicadores de endividamento geral das quatro agências cooperativas de crédito, no intuito de investigar a situação financeira por meio da avaliação da estrutura de passivos e ativos nos anos de 2020 a 2023. É essencial para analisar a relação de curto e longo prazo das estruturas de capitais na capacidade de captar recursos, e assim, viabilidade e sustentabilidade financeira das mesmas.

O Endividamento total mede a proporção entre o total de passivos e o total de ativo revelando a relação de risco financeiro, assim como o modelo de captação das agências, o que permitiu, integrar a relação entre o balanço patrimonial e o indicador identificando padrões entre as quatro agências, semelhanças e diferenças, enfrentados na mesma região de Piracicaba-SP.

Tabela 05
Índice de Endividamento Total

	2020	2021	2022	2023
Agência A	108%	117%	117%	128%
Agência B	98%	99%	99%	99%
Agência C	97%	95%	95%	96%
Agência D	128%	89%	89%	90%

Fonte: Elaboração própria, 2024

A Agência A destaca-se pelo aumento acentuado no indicador de endividamento, que passa de 108% em 2020 para 128% em 2023. Esse crescimento reflete uma dependência cada vez maior de capital de terceiros, o que, sem uma contrapartida no aumento de patrimônio líquido, expõe a agência a um elevado risco financeiro. Os indicadores demonstraram que a agência está financiando suas operações com uma proporção crescente de dívida em relação ao seu patrimônio líquido. Para viabilizar o balanço financeiro, a agência necessita de aportes positivos que possam reduzir o passivo total e equilibrar o balanço.

Neste contexto, a cooperativa atua em dependência exclusiva dos aportes dos sócios, o que coloca pressão sobre a relação de investimentos e o curto prazo, uma vez que esses recursos precisam ser remunerados, seja por meio de juros ou dividendos anuais. A sustentabilidade financeira da agência pode ser comprometida caso haja uma saída de sócios, inadimplência ou redução nos aportes futuros, especialmente na reserva de patrimônio líquido. Essa situação gera um valor negativo de patrimônio líquido, o que sugere que as obrigações da agência superam seus ativos, criando potenciais riscos financeiros.

Adicionalmente, a prática de distribuir sobras aos associados, comum nas Instituições Financeiras Cooperativas (IFCs), contribui para a fragilidade do patrimônio líquido. Ao optar por repartir os lucros em vez de reinvesti-los na própria instituição, a agência pode comprometer sua capacidade de fortalecer o patrimônio líquido — um fator essencial para a sustentabilidade e crescimento a longo prazo. Em conjunto, a estrutura de ativos e passivos da Agência A é predominantemente circulante, limitando a capacidade de realizar investimentos de longo prazo e elevando o risco de liquidez em períodos de inadimplência ou redução de aportes.

Assim, a dependência excessiva de capital dos associados e o comprometimento do patrimônio líquido indicam uma fragilidade estrutural. Sem uma política mais robusta de reinvestimento e uma gestão eficaz dos recursos para fortalecer o capital próprio, a agência enfrenta desafios consideráveis para assegurar sua sustentabilidade financeira em um cenário de médio a longo prazo.

Já a Agência B apresenta um índice de endividamento mais estável, mantendo-se em torno de 99% ao longo dos anos. Embora o índice sugira uma gestão mais controlada dos passivos, a redução do patrimônio líquido em 2023 indica uma menor capacidade de financiar operações de forma independente e sustentada. Essa estabilidade aparente, no entanto, pode ser ameaçada pela redução de

capital próprio, o que compromete a resiliência da agência a crises financeiras e limita o potencial de crescimento sem depender de fontes externas de financiamento.

Em contraste, a Agência C demonstra um perfil financeiro mais equilibrado, com um endividamento levemente inferior ao das demais, variando entre 97% e 96%. A agência conta com um crescimento gradual do patrimônio líquido, que reflete uma menor dependência de capital de terceiros e uma estrutura de ativos mais balanceada entre circulante e não circulante. Esse equilíbrio sugere uma gestão eficaz dos recursos e uma estratégia mais sólida para o longo prazo. Ao possuir uma maior proporção de ativos não circulantes, a agência C exibe uma capacidade superior para investimentos prolongados e maior estabilidade frente a oscilações econômicas.

A Agência D também apresenta um ajuste positivo na gestão de seu endividamento, diminuindo de 128% em 2020 para 90% em 2023. Este movimento indica um esforço na recuperação do patrimônio líquido e uma tentativa de reduzir a dependência de passivos, principalmente os de curto prazo. Apesar de ainda depender de capital de terceiros, essa agência demonstra um avanço significativo na recomposição de sua estrutura de capital, aumentando sua sustentabilidade financeira ao longo dos anos. A maior estabilidade no índice de endividamento e a melhoria no patrimônio líquido refletem uma maior resiliência em relação às demais cooperativas.

A relação entre o endividamento elevado nas agências A e D e a dependência de capital de terceiros levanta um alerta quanto à sustentabilidade financeira a longo prazo. O aumento das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e a inadimplência ao longo do período analisado intensificam a pressão sobre os resultados financeiros, especialmente em 2023, quando a inadimplência alcançou níveis mais altos, revelando uma fragilidade na gestão de risco de crédito.

Figura 01 – Comparativo entre agencias

Agência A									
	2020	2021	2022	2023		2020	2021	2022	2023
ATIVO	R\$ 7.963.461,22	R\$ 7.764.201,12	R\$ 12.262.731,05	R\$ 13.901.948,10	PASSIVO	R\$ 7.963.461,22	R\$ 7.764.201,11	R\$ 12.262.731,04	R\$ 13.901.948,10
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 6.198.395,92	R\$ 5.494.476,22	R\$ 9.659.956,35	R\$ 11.301.916,03	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 8.591.625,24	R\$ 9.055.095,02	R\$ 14.326.777,39	R\$ 17.747.755,40
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 1.765.065,30	R\$ 2.269.724,90	R\$ 2.602.774,70	R\$ 2.600.032,07	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 628.164,02	-R\$ 1.290.893,91	-R\$ 2.064.046,35	-R\$ 3.845.807,30
Agência B									
	2020	2021	2022	2023		2020	2021	2022	2023
ATIVO	R\$ 53.406.090,67	R\$ 107.938.951,56	R\$ 80.035.291,77	R\$ 56.900.985,57	PASSIVO	R\$ 53.406.090,67	R\$ 107.938.951,56	R\$ 80.035.291,77	R\$ 56.900.985,57
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 52.179.145,43	R\$ 106.038.472,68	R\$ 77.756.875,72	R\$ 54.738.339,99	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 52.086.386,71	R\$ 107.074.228,88	R\$ 78.931.183,43	R\$ 56.550.227,20
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 1.226.945,24	R\$ 1.900.478,88	R\$ 2.278.416,05	R\$ 2.162.645,58	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ -	R\$ -	-	-
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.319.703,96	R\$ 864.722,68	R\$ 1.104.108,34	R\$ 350.758,37
Agência C									
	2020	2021	2022	2023		2020	2021	2022	2023
ATIVO	R\$ 17.500.186,81	R\$ 19.876.961,10	R\$ 39.179.827,24	R\$ 66.205.625,05	PASSIVO	R\$ 17.500.186,81	R\$ 19.876.961,10	R\$ 39.179.827,24	R\$ 66.205.625,05
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 17.558.194,12	R\$ 17.860.429,78	R\$ 36.505.573,83	R\$ 63.731.123,38	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 16.961.718,58	R\$ 18.917.433,65	R\$ 37.363.606,60	R\$ 63.685.145,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-R\$ 58.007,31	R\$ 2.016.531,32	R\$ 2.674.253,41	R\$ 2.474.501,67	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 538.468,23	R\$ 959.527,45	R\$ 1.816.220,64	R\$ 2.520.479,77
Agência D									
	2020	2021	2022	2023		2020	2021	2022	2023
ATIVO	R\$ 8.741.071,90	R\$ 17.563.511,94	R\$ 22.658.427,17	R\$ 31.211.811,80	PASSIVO	R\$ 8.741.071,90	R\$ 17.563.511,94	R\$ 22.658.427,17	R\$ 31.211.811,80
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 7.618.037,23	R\$ 16.058.327,39	R\$ 20.820.193,14	R\$ 29.287.795,59	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 11.179.798,98	R\$ 15.550.690,72	R\$ 20.265.598,56	R\$ 28.083.434,22
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 1.123.034,68	R\$ 1.505.184,55	R\$ 1.838.234,03	R\$ 1.924.016,21	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 2.438.727,08	R\$ 2.012.821,22	R\$ 2.392.828,61	R\$ 3.128.377,58

Fonte: elaboração própria, 2024

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta pesquisa foi propor e validar novos indicadores financeiros específicos para Instituições Financeiras Cooperativas (IFCs), denominados **Indicador de Captação** e **Indicador de Provisão**, utilizando como base empírica as cooperativas de crédito localizadas em Piracicaba-SP. Esses indicadores foram desenvolvidos para suprir uma lacuna identificada na literatura acadêmica e na prática gerencial das IFCs, oferecendo instrumentos analíticos adequados à realidade específica das cooperativas brasileiras.

Por meio de uma abordagem quantitativa e descritiva, foi possível aplicar e validar empiricamente esses indicadores em quatro agências cooperativas no período de 2020 a 2023. Os resultados evidenciaram que o **Indicador de Captação** permite avaliar de maneira clara e objetiva a eficiência das cooperativas na captação de recursos destinados às operações de crédito, revelando custos operacionais significativos que influenciam diretamente as sobras distribuídas aos associados. Por outro lado, o **Indicador de Provisão** demonstrou ser um instrumento eficaz para avaliar o impacto das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), fornecendo um alerta objetivo sobre o crescimento dos riscos de inadimplência nas operações das cooperativas.

Assim, este artigo oferece importantes contribuições teóricas e práticas à literatura sobre gestão financeira em cooperativas. Teoricamente, destaca-se a inovação dos indicadores propostos, contribuindo para a superação das limitações identificadas em sistemas mais gerais, como o modelo PEARLS, amplamente utilizado, mas que não aborda diretamente questões específicas relacionadas à captação e provisões financeiras. Na prática gerencial, esses indicadores fornecem ferramentas concretas que permitem aos gestores das cooperativas realizar análises financeiras mais precisas e adotar decisões estratégicas mais assertivas, visando à sustentabilidade financeira e à redução de riscos operacionais.

Entre as limitações desta pesquisa, ressalta-se o foco exclusivo nas cooperativas da região de Piracicaba-SP, o que pode restringir a generalização dos resultados. Além disso, o estudo não aprofundou a análise do impacto de variáveis externas como mudanças regulatórias, flutuações macroeconômicas ou crises financeiras mais amplas que possam influenciar os resultados das IFCs.

Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se expandir a aplicação e validação dos indicadores propostos para outras regiões e contextos econômicos distintos, permitindo comparações e generalizações mais robustas. Ademais, estudos futuros poderiam explorar a influência de fatores externos, tais como cenários econômicos adversos ou alterações regulatórias específicas sobre os indicadores financeiros desenvolvidos. Finalmente, seria oportuno investigar estratégias que possam equilibrar adequadamente a distribuição de sobras aos associados com o fortalecimento do patrimônio líquido das cooperativas, assegurando assim sua sustentabilidade financeira em longo prazo.



REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012
- ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de Administração financeira**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Postos de atendimento**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/agenciasconsorcio>. Acesso em: 11 abril. 2024.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 04 ago. 2024.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BRASIL. **Conselho Monetário Nacional. Resolução nº 4.280, de 31 de julho de 2013. Estabelece normas para a divulgação e transparência das cooperativas de crédito**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 ago. 2013. Seção 1, p. 48. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/resolucoes/2013/pdf/res_4280_v1_o.pdf. Acesso em: 11 ago. 2024.
- BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988
- BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 dez. 1971
- BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 31 dez. 2007. Seção 1, p. 2-3.
- BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 08 jul. 2024.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Governança cooperativa: aspectos econômicos, jurídicos e gerenciais**. *Revista de Administração*, v. 47, n. 4, p. 584-588, 2012.
- BRIGHAM, Eugene F.; HOUSTON, Joel F. **Fundamentos da Administração Financeira**. 15. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.
- CAMPOS, Eduardo. **Gestão financeira em cooperativas: uma análise dos desafios e oportunidades**. Curitiba: Juruá, 2016.
- CANÇADO, Airton Cardoso; SOUZA, Maria de Fátima Arruda; PEREIRA, José Roberto. **Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque**. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 63-72, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/16279> Acesso em: 2 fev. 2020.

CARVALHO, F L; DIAZ, M M; NETO, S B; KALATZIS, A G. **Saída e Insucesso das Cooperativas de Crédito no Brasil: Uma Análise do Risco.** *Revista de Contabilidade e Finanças – USP*, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 70-84, jan./fev./mar./abr. 2015.

CONTÁBEIS. **Ato cooperado e ato não cooperado: tributação.** Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5466/ato-cooperado-e-ato-nao-cooperado-tributacao/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CORRÊA, Ana Carolina Costa; ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Os indicadores financeiros tradicionais explicam a geração de valor no Brasil? Um estudo empírico com empresas não financeiras de capital aberto.** São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-39, dez. 2013.

COSTA, Geraldo Augusto; SILVA, Joaquim Farias da. **Análise econômico-financeira em cooperativas: uma abordagem estratégica.** *Revista de Estudos Sociais*, v. 20, n. 2, p. 155-168, 2018.

FUJI, L.; CARVALHO, L. N. G. **Gerenciamento de resultados nas cooperativas de crédito no Brasil: uma análise sobre as provisões para créditos de liquidação duvidosa.** *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v. 7, n. 17, p. 22-31, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/gbghJsXf6cNRrZ4jgjCWQCc/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

GONÇALVES, César Schmidt. **Uma contribuição à estrutura dos procedimentos e demonstrações contábeis das cooperativas: aplicação em uma cooperativa de trabalho.** 2003.175f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis. Universidade de São Paulo. 2003. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-12122003-112731/publico/DISSERTACAOCESARSCHMIDT.pdf>>. Acesso em 10 jun 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados - São Paulo.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/>. Acesso em: 1 jul. 2023.

INSTITUTO SEADE. **Dados da população e desenvolvimento humano.** São Paulo: Instituto SEADE, 2024.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Financial Access Survey.** 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Data/FAS>. Acesso em: 04 ago. 2024.

MARION, José Carlos. **Contabilidade: teoria e prática.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARRA, Eliana Maria de Lima. **Cooperativismo: uma análise histórica e jurídica.** São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS, E.; MIRANDA, G, J.; DINIZ, J, A. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis.** São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: métodos e técnicas.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACIEL, M. A.; NEVES, D. F. **Análise econômico-financeira de cooperativas de crédito em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul pelo modelo PEARLS.** *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação, Mato Grosso do Sul*, v. 6, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/download/16981/11825/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

MISHKIN, Frederic S. **Mercados financeiros e instituições financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000.

NAMORADO, Rui. **O Essencial sobre Cooperativas 2**. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 2018

NAMORADO, Rui. **O mistério do Cooperativismo: da cooperação ao movimento cooperativo**. Coimbra: Almedina, 2013.

NASCIMENTO, Fernando Rios. **Cooperativismo como alternativa de mudança Rio de Janeiro**. Forense, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **O cooperativismo em números. Brasília**. OCB, 2017.

PAGNUSSATT, Gerson Roani. **Cooperativas de crédito: Autogestão com desenvolvimento**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

PINHO, Diva Benevides. **Cooperativas: organização e gestão**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

RECH, Daniel. **Cooperativas uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: Fase, 1995.

REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao Cooperativismo Santa Maria**. UFSM, 2014.

RIBEIRO, Ricardo. ***Impactos da COVID-19 nas Instituições Financeiras Cooperativas: Resiliência e Oportunidades***. Revista Brasileira de Finanças, v. 18, n. 3, p. 345-362, 2021.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. 2 ed. Porto Alegre: Rigel, 2003.

SCHIMMELFENIG, C. **Cooperativismo de Crédito: Uma Tendência**. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU. V. 5, n. 10, jan./jun. 2010.

STÜPP, F. C.; FLACH, L. **Determinantes do desempenho financeiro em cooperativas de crédito brasileiras**. Anais do Congresso Brasileiro de Custos, Florianópolis, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/5062/5074/5213>. Acesso em: 04 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Piracicaba - São Paulo**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/piracicaba.html>>. Acesso em: 28 out. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)**. Disponível em: <<https://www.esalq.usp.br>>. Acesso em: 28 out. 2024.

WOCCU. **PEARLS Monitoring System**. Madison: World Council of Credit Unions, 2019. Disponível em: https://www.woccu.org/documents/preview/6_1_PEARLS_tool_V6. Acesso em: 04 abr. 2025.